



PREFEITURA DO

RECIFE

PROCURADORIA DE TERMOS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARECER n. 41 / 2015

INTERESSADO: Gabinete de Projetos Especiais (Ofício GABPE n. 030/2015)

ASSUNTO: Reajuste em sentido estrito

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBRA PÚBLICA. REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO. MERA APLICAÇÃO DE ÍNDICE DE REAJUSTE SOBRE O SALDO CONTRATUAL.

Trata-se de consulta formulada pelo GABPE acerca da incidência de reajuste em sentido estrito ao contrato de obra pública n. 107/2013, celebrado entre o Município do Recife e a empresa ROTEC CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. Não há, na espécie, questão jurídica relevante a ser dirimida, restando a mera operação das cláusulas contratuais relativas ao reajuste em sentido estrito (cláusula sexta).

Preliminarmente, necessário que se proceda com a numeração das páginas do processo administrativo, a teor do que disposto no art. 38, *caput*, da Lei Federal n. 8.666/93 e no art. 22, §4º da Lei Federal n. 9.784/99.

Como é cediço, o reajuste em sentido estrito representa, em termos contratuais, a alteração das cláusulas econômicas do contrato na busca de mera manutenção do potencial financeiro daquilo que avençado. Tem-se, assim, a resposta jurídico-contratual aos efeitos do tempo nas cláusulas econômicas, evitando-se a corrosão inflacionária do ajuste por intermédio da incidência anualizada de índices de correção previamente estipulados sobre o saldo contratual (*in casu*, o INCC, nos termos da cláusula sexta do contrato).

Consultando as informações sobre a operação em questão, vê-se que a proposta que embasou o contrato é datada de 29.5.2013 e a ordem de serviços foi dada em 6.6.2013. Em tese, a partir de 29.5.2014 há lugar para o reajuste em sentido estrito, com base no INCC acumulado entre maio de 2013 e maio de 2014, incidente sobre o saldo contratual existente à época e posteriormente executado nos termos do cronograma então vigente. Tal saldo deve ser devidamente apurado a partir dos boletins de medição aprovados e relativos a serviços executados após o aniversário da proposta (29.5.2014).

Veja-se, assim, que as ilações acima são válidas para as execuções realizadas após o aniversário da proposta (29.5.2014), sobretudo na medida em que readequados os cronogramas por intermédio de aditivos (os quais são mencionados no Parecer da Gerenciadora da obra, mas não restam juntados aos autos).



PREFEITURA DO

RECIFE

Diante de tais considerações, opino pela possibilidade de concessão do reajuste em sentido estrito, com base no INCC acumulado entre maio de 2013 e maio de 2014, incidente sobre o saldo a executar / realizar a partir do aniversário da proposta (29.5.2014). Referidos cálculos, enfim, deverão ser devidamente realizados pelo órgão técnico da municipalidade.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Bruno Santos Cunha

Procurador do Município do Recife - Matrícula 87.476-8

OAB/PE 1.033-B - brunocunha@recife.pe.gov.br

De acordo com os termos do Parecer nº 41/2015

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Procuradoria Termos Litigações e Contratos
Procurador Chefe

Diretor da Procuradoria LUIZ CLAUDIO DE SARIAS JR.

Matrícula _____

Mat. 36905-9

De acordo com os termos do Parecer nº ____/2015

Diretor Geral da Procuradoria

Matrícula _____

De acordo com os termos do Parecer nº ____/2015

Secretário de Assuntos Jurídicos